

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Jujutiba Sub-região Sudoeste

Data: 15 de abril de 2016

Local: Câmara Municipal

Rua: José Prestes Rosa, 68 – Centro

Horário: 10h

Pauta

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa

Maria Ligia Soares de O. Wertheimer
Cristina Cerciari
Solange Pedroso Pinho

Coordenação Técnica do PDUI

Marcelo Motta

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste – Consulti/SSAM

Brígida Sacramento C. Santos

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – Conisud

Djalma Gonçalves Almeida

Prefeitura Municipal de Jujutiba

Darcy Ribeiro

Sociedade civil e outros participantes: ver lista de presença.

A audiência municipal de mobilização de Jujutiba foi realizada na Câmara Municipal. A coordenadora do Conselho Consultivo da Região Sudoeste (Consulti/SSAM), Brígida Sacramento, fez a abertura dos trabalhos e a composição da mesa com o representante do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud), Djalma Gonçalves de Almeida, ela própria representando o Consulti e o Governo do Estado e a representante da Emplasa, Maria Ligia Soares. Em seguida, o representante do Conisud, Djalma, fez seu pronunciamento parabenizando as

entidades presentes, por meio de seus técnicos, os funcionários públicos das prefeituras da Sub-região Sudoeste e a imprensa. Ele explicou o que é o Conisud, integrado por oito municípios: Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeceira da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Ressaltou que é função do consórcio, junto com as pessoas que representam a Emplasa e os técnicos das prefeituras que têm acompanhado o PDUI de perto, defender políticas públicas e defender claramente o interesse que a Sub-região Sudoeste passa a ter a partir deste debate.

Ele ressaltou a importância da participação e do esclarecimento da sociedade dizendo que "é importante que nós estejamos aqui, presenciando, talvez, um ato de democracia do debate de políticas públicas, que até então ficava muito restrito a departamentos e órgãos. Que bom que isso se estende aos municípios".

A apresentação ficou por conta da gerente da Emplasa, Maria Ligia, que, inicialmente, exibiu o filme institucional do PDUI-RMSP, disponível na plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br). Depois, ela explicou o que é o Estatuto da Metrópole, a lei federal que determinou a aprovação do PDUI, e no que ele consiste, o conteúdo mínimo que o Plano vai contemplar e mostrou a atual estrutura da RMSP.

A gerente situou a fase em que se encontra o processo de construção do PDUI, após a definição do Conselho, do Comitê Executivo e dos Grupos de Trabalho. Esclareceu que muitas propostas já foram elaboradas pelas equipes técnicas com base em estudos da Emplasa relacionados ao tema, como o que identificou os movimentos pendulares na RMSP e o Plano de Ação da Macrometrópole (PAM 2013-2040). A gerente da Emplasa deixou claro que os cidadãos podem enviar suas contribuições diretamente no site do PDUI, onde também estão sendo disponibilizadas as propostas dos representantes do poder público.

Maria Ligia falou também sobre as exigências da Lei 13.089/2015, o já conhecido Estatuto da Metrópole, em relação à elaboração do PDUI e ao processo participativo (audiências municipais de mobilização e audiências regionais). Informou que as audiências específicas serão realizadas sob demanda de setores organizados da sociedade civil e que a instância deliberativa será composta por 18 membros do Comitê Executivo do PDUI (voto ponderado) e 52 membros da sociedade civil. Esta validará as propostas do Plano, antes do mesmo ser encaminhado para a Assembleia Legislativa.

A apresentação elaborada pela Emplasa, anexada nesta pasta, abordou os seguintes temas:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI".**

Após a apresentação foi aberto espaço para perguntas.

DJALMA: A nossa Sub-região tem municípios cujas áreas estão 100% dentro da Lei de Proteção e Preservação dos Mananciais e outros não. O que não é 100% mananciais está totalmente liberado. O cidadão acaba invadindo uma propriedade de manancial e isso cria dificuldades para os municípios em seus limites. Eu queria que você aprofundasse um pouco mais esse tema.

MARIA LIGIA: As questões socioambientais estão sendo inseridas no desenvolvimento do nosso trabalho. Acontece que as áreas de mananciais têm muita relevância nessa região. Um dos documentos que estão disponíveis na plataforma do PDUI é o caderno Visões da Metrópole. Nele, tem uma parte que trata especificamente da questão habitacional. Inclusive, na página 47, tem um quadro que contém os municípios inseridos na área de proteção dos mananciais com o total de domicílios e moradores em condição de assentamentos precários. Dos municípios especificamente da Região Metropolitana de São Paulo, 27 estão parcial ou integralmente dentro da área de proteção dos mananciais, sendo que seis municípios têm 100% de seu território incluído nessas áreas. Juquitiba é um desses municípios. Aqui na região está em fase de conclusão o PDPA. O PDPA é o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente, com a participação da Secretaria de Recursos Hídricos, que trata, justamente, questões socioambientais. Ou seja, o que é definido pela Lei. O que já está ocupado e ocupação não adequada em áreas que têm a função importante de produção de água. No caso de Juquitiba, o município possui 424 domicílios em assentamentos precários, que somam mais de 1.500 moradores em situação de precariedade. A questão é essencial nas discussões do PDUI, no Grupo de Habitação e Qualificação Urbana. O assunto foi tratado com muito carinho nas discussões dos programas socioambientais nas áreas de preservação, não só de mananciais, mas também em APAS, parques e outras situações.

DARCI: Vendo por este lado, a gente sente uma grande dificuldade. Primeiro porque nós estamos preservando água há vários anos e agora nós temos uma contrapartida de, aproximadamente, R\$ 27 milhões, que é para ser investida no município de Juquitiba, em água, esgoto, saneamento. Porém, a Cetesb e o Governo do Estado não conversam. O governo fala: “Eu te dou 27 milhões pra você investir”. Mas o Meio Ambiente, que também é do governo, fala: “Você não pode investir”. Então, não sei como nós ficamos. Ou seja, nós temos tudo e não temos nada.

MARIA LIGIA: Antes de passar para o Djalma, quero fazer uma observação com relação a isso. Eu acho que essa é realmente uma questão que não dá para você resolver sem a participação de outros agentes. Não dá para deixar essa responsabilidade nas mãos de uma secretaria ou de um órgão setorial do poder público. É uma questão que precisa de articulação, sentar junto para tentar pactuar uma solução. Eu compartilho dessa angústia que vocês têm de não poder resolver isso sozinhos. Ela sempre tem implicações que têm que ser tratadas conjuntamente.

DJALMA: Esse é um tema bastante difícil. Eu nasci aqui na região, aliás eu nasci em São Lourenço da Serra. Meu pai era corretor de imóveis. Na década de 90, um arcabouço com um conjunto imenso de legislações ambientais vinha da União, estabelecendo critérios e regras de proteção ambiental, mas que não condizia com as

realidades de cada um dos municípios. Eu cresci vendo pessoas pegando palmito, catando samambaia. E, até hoje, eu não consigo ver uma pessoa que pega uma samambaia para vender, para sustentar um filho, como alguém que está na verdade denegrindo o meio ambiente. Ele está sobrevivendo, faz parte da cultura regional.

O que aconteceu? Nos meados dos anos 90, a falta de interesse e de discussão em relação à constituição das leis orgânicas municipais criaram muitos ferrolhos, muitas fechaduras que hoje não se abrem. A minha cidade, Itapeçerica da Serra, desde 2011 não discute o Plano Diretor. Nós precisamos fazer uma discussão imensa em relação às legislações federais, estaduais e municipais do ponto de vista ambiental. O que você tem hoje é o seguinte: cria-se a Lei de Zoneamento, pode-se usar 850 metros de um lado, 850 do outro, mil do outro, mil do outro, mas você sequer pode discutir se é possível fazer um trifásico ou não para a empresa que vai ser montada ali. Não pode. Nós estamos aqui com o Secretário de Meio Ambiente de Embu das Artes, que é um cara que eu gostaria de ouvir. Talvez o que eu esteja falando aqui seja muito primário, mas passa muito por isso. Eu venho brigando há muito tempo na minha cidade porque, até hoje, não se fez um estudo de impacto jurídico, nem ambiental, não tem esse documento. Você discute muito superficialmente algumas questões, ou muito aprofundado, algo que lhe interessa, ou interessa a setores. Mas nunca se fez um estudo jurídico, nem um estudo ambiental, do ponto de vista da cidade ou da região. Precisa mobilizar os prefeitos com interesse nessa discussão porque é um tema difícil. Precisa também articular uma discussão com o Estado de São Paulo e com o Governo Federal, para se ter uma posição clara em relação a isso. O que é possível discutir do ponto de vista ambiental e o que não é possível discutir. Vou dar só um exemplo, desculpa eu me alongar, mas não tem jeito. Itapeçerica é 100%, não existe cidade que é 100%. Se você for 100%, significa que você não pode nem fazer o tratamento de lixo na sua cidade; significa que você não pode fazer o transbordo de entulho limpo; significa, efetivamente, que a sua cidade está engessada. E quando você engessa uma cidade, você cria dificuldades. Obviamente, você vai obrigar uma parcela da população que não tem compromisso algum com a cidade a jogar entulho na rua, a cortar madeira ilegalmente. Então, você estimula o crime, você estimula as práticas não recomendáveis do ponto de vista ambiental. Você faz com que pessoas invadam e comecem a construir as suas habitações. Isso é um direito legítimo que as pessoas têm. Mas, porém, mal orientadas, juridicamente. Então, eu recomendaria como um início de partida – e acho que o Conisud tem esse papel e precisa retomar. Nós avançamos em alguns pontos, mas recuamos em outros. Nós precisamos fazer na nossa região um grande esforço para que possamos fazer um trabalho de elaboração de impacto jurídico e ambiental. Na outra reunião, só para fechar, eu vi a seguinte questão: parques estaduais que estão estabelecidos dentro da nossa região recebem repasses do governo estadual e do governo federal, mas os municipais não, ou recebem muito pouco. Então, o que acontece? É simplesmente a falta da celebração de convênios entre Estado, governo federal e município. É simplesmente o patrocínio de políticas públicas que viabilizam essa condição. Do mesmo jeito, a questão da habitação. Precisamos ter um estudo claro sobre tratamento de esgoto, ou se a solução é trazer um modelo avançado de fossas sépticas. Mas, o que é possível fazer? O que não é possível admitir é você dizer assim: “Não, a lei ambiental... não podemos fazer nada”. Isso é mentira, isso é falta de vontade. Nós precisamos superar isso e é necessário que este esforço comece nas Câmaras Municipais, ele não vem de

uma vontade do Executivo apenas. O Executivo pode sinalizar, mas parte muito da vontade do legislador. Articular os presidentes de Câmara, articular as Câmaras , puxar os prefeitos para esse debate e unificar a região no sentido de avançar com qualidade. Não é reduzir o percentual de proteção, porque nós não queremos depredar o meio ambiente.

BRÍGIDA: Eu só queria levantar uma questão relevante. Hoje, o que está sendo feito aqui é uma primeira discussão que envolve um planejamento urbano integrado que tem um caráter metropolitano. Nós temos questões que são específicas de cada município e nós temos questões que envolvem os oito municípios e nós temos questões que envolvem a grande metrópole. Primeiro, o entendimento de que somos cidadãos metropolitanos e que as propostas a serem encaminhadas têm que ter esse viés. É extremamente pertinente a questão ambiental levantada aqui porque a água é prioritária e não é de interesse só dessa Sub-região. É de interesse da Região Metropolitana de São Paulo. A questão da mobilidade urbana, da mesma maneira, envolve a rodovia BR-116 e a Raposo Tavares. Então, nosso olhar tem que ser esse. O que é fundamental e necessário é que a região se articule, que os prefeitos se envolvam e que as Câmaras Municipais participem do processo. Aqui está posto. Existe uma lei federal. Existe o Estado com o compromisso de fazer esse trabalho, ele está aqui hoje para este fim. Então, isso precisa ficar muito claro. Para ter eficiência e alcançar resultados é necessário o envolvimento de todos os atores da sociedade civil e do poder público.

LEVY: Nós temos a questão da autonomia federativa dos municípios frente a um zoneamento, um mapa, onde você vai dizer “aqui você não pode construir”, “aqui você pode construir”. Ao mesmo tempo, tem uma infraestrutura indicada de mobilidade. Tendo em vista o crescimento da nossa sub-região, como você enxerga essa autonomia, esse mapeamento, o zoneamento e a mobilidade? A mobilidade que deverá ser introduzida vai gerar um impacto positivo de crescimento populacional, além do crescimento natural. Então, como que nós vamos conseguir proteger o município da pressão construtiva que será grande? Então, como nós vamos garantir a sustentabilidade do nosso crescimento?

MARIA LIGIA: Bom, Levy, a gente está contando com vocês para ajudar nessa resposta. Você está participando dos nossos grupos de trabalhos e está vendo a forma como a Emplasa está conduzindo a discussão com os municípios e com os setoriais. O macrozoneamento está em construção. A gente não tem ainda um produto, um desenho do macrozoneamento. Esses transbordamentos que o crescimento normalmente vai trazer é uma questão que a gente tem que discutir e pactuar com vocês, com os participantes que estão dentro do processo para poder construir um macrozoneamento que também dê respostas para vocês. Nós não podemos construir um macrozoneamento que não espelhe o que se quer nem a realidade que foi encontrada. É uma construção técnica que nós estamos fazendo conjuntamente.

BRÍGIDA: Eu só vou fazer uma provocação. Eu estou vendo vários jovens aqui no plenário e gostaria de saber o que vocês pensam em relação a isso. Vocês

conseguiram alcançar o que é essa questão do planejamento e como garantir questões que são do interesse da juventude?

MARIA LÍGIA: Eu só queria falar para as pessoas acessarem a página do PDUI na Internet, que tem bastante informação em relação a esses conteúdos técnicos, a esses referenciais que a gente está utilizando para fazer o PDUI. Tem as bases para o Plano Metropolitano de Habitação, que é um estudo recente que a gente concluiu sobre estes aspectos. Tanto da irregularidade, quanto da infraestrutura para as Sub-regiões. Tem o PAM (Plano de Ação da Macrometrópole), que é uma carteira de projetos. Esses documentos estão sendo produzidos para o PDUI, além das propostas que o poder público já encaminhou. Eu acho que é muito importante a participação sub-regional, a participação dos municípios. Conhecer o que já tem disponibilizado vai facilitar muito esse processo para as próximas reuniões.

BRÍGIDA: Bem, eu convidei algumas pessoas do estágio que trabalham com a gente e eu procuro sempre falar em algumas reuniões que os jovens têm que sugar as pessoas que estão ao seu lado. Seu chefe, seu engenheiro, seu advogado, porque eles têm muito para passar para vocês. Hoje nós temos a oportunidade de dar opinião no que nós queremos. Nós queremos um ônibus aqui na rodoviária? Nós queremos uma linha, um rodanel passando por aqui por dentro de Jucitaba ou passando por dentro de Embu Guaçu? Nós estamos tendo a oportunidade de dar a nossa contribuição? Muitos de vocês hoje talvez não tenham conseguido assimilar a importância disso. Mas eu pediria que vocês, ao retornarem aos seus trabalhos, aos seus lares, visitem o site, deem uma olhada, procurem um pouco mais de informação e tragam mais contribuição para gente. Nós estamos recebendo contribuição através de nossas câmaras temáticas. Por exemplo, esses dias me falaram na prefeitura que eu não estava ficando tanto na prefeitura, estava me afastando. Mas eu estava nestas reuniões: reuniões de comitês de bacias, reuniões de Alto Jucitá, de Baixo Jucitá e outras coisas. Nós precisamos ir lá, buscar alguma coisa para nosso município, nós precisamos deixar alguma coisa que é realmente da nossa cidade. Não podemos olhar só dentro do município. Nós temos que olhar o que está em volta do município. Como a gente puxou aquela pergunta aquela hora, por exemplo: até aqui pode ter conjunto habitacional, daqui para lá não pode, e essa zona de amortecimento? Até que ponto essa comunidade aqui na nossa divisa não vai invadir nosso município? Então, são coisas que às vezes a gente pode contribuir de alguma forma. Então eu peço que vocês procurem pensar alguma coisa. Por exemplo, nós temos problema aqui de calçadas, temos problemas de ônibus, temos problemas de saúde, temos problemas de transporte, de habitação. Nós temos um terreno de 10 alqueires quase, em que não podemos colocar casas. Você imagina isso? Nós temos um terreno de 10 alqueires, nós temos um déficit habitacional grandíssimo e não podemos colocar casas. Para fazer uma casa para um morador que necessita, temos que dar um lote de 7.500 metros para ele. Olha que absurdo. Então, gente, isso não é uma coisa de Jucitaba. Se a gente resolve parte do problema habitacional de Jucitaba, nós estamos resolvendo o problema de São Lourenço. E São Lourenço da mesma forma. Se eles resolvem parte do problema habitacional lá, eles estão resolvendo parte de Jucitaba. Então, nós temos que pensar de uma forma conjunta.

Em seguida, a coordenadora do Consulti/SSAM tomou a palavra para falar sobre a possibilidade de realização de oficinas específicas sobre alguns temas relevantes, sob demanda, e a possibilidade dos cidadãos enviarem propostas por meio da plataforma digital do PDUI-RMSP, momento em que é apresentado o caminho para inserção de propostas da sociedade civil no site do PDUI. Ela reforçou que o processo de participação dos cidadãos será também presencial, nas oficinas temáticas e audiências públicas regionais. Feitas as considerações finais, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência municipal de mobilização do município de Juquitiba.